

APRESENTAÇÃO

Este décimo sétimo número de *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* apresenta análises de fatos de língua e linguagem, além de reflexões sobre a história do pensamento político no Ocidente e sobre a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil.

Romain Descendre reflete sobre a construção do pensamento político moderno. O filósofo francês analisa a textualidade dos relatórios que os embaixadores venezianos do século XVI submetiam ao Doge e ao Senado, e mostra de que modo, junto com os despachos venezianos, as cartas de legação florentinas e as *Relazioni universali* de Botero, os relatórios de embaixadores organizam o instrumental intelectual que permitirá pensar o sistema de equilíbrio dos Estados europeus.

No campo da análise lingüística e da reflexão sobre a linguagem, Maria Cecília Mollica e Rodrigo Alipio apresentam uma revisão dos avanços alcançados nas últimas décadas no Brasil nos estudos variacionistas, e também uma pesquisa em desenvolvimento sobre a presença de pronome indefinido diante de sintagmas nominais com o traço não contável, um fato próprio do português brasileiro e ainda pouco estudado.

Ana Josefina Ferrari contribui para a reflexão sobre o léxico e a lexicografia com o exame das definições de “fujão”, “fugião” e “fugido” em dicionários do século XIX. Ao mostrar que, embora a palavra “fugido” seja corrente em anúncios de fuga de escravos dos jornais da época, sua definição não faz referência aos escravos, a autora recoloca a questão das escolhas e da representatividade do dicionário em relação aos usos sociais.

A análise lexical é também objeto de José Leonildo Lima, que examina a designação de “cidade” e de “campo” em uma textualidade jurídica: os Estatutos da Cidade e da Terra. A reescritura de “cidade” e “campo” permite observar diferenças na significação dessas palavras que são objeto dos dois Estatutos complementares sobre a divisão dos espaços territoriais urbano e rural.

Na seção *Crônicas e Controvérsias*, Jorge Viana Santos propõe a questão: *Considerando-se a necessidade política de uma língua nacional, que espécie de relação se estabelece entre o Estado, o gramático e o lingüista, ou, dito de outro modo, entre Língua, Ciência e Política?* Para respondê-la, percorre prefácios de gramáticas brasileiras produzidas entre 1881 e 1985 e textos mais recentes de lingüistas sobre o polêmico Projeto de Lei do Deputado Aldo Rebelo, de 1999.

O número encerra com a sensível e bem-humorada resenha de Emílio Pagotto sobre os *Estudos Filológicos*, de Antenor Nascentes, compilação publicada pela Academia Brasileira de Letras. Pagotto nos faz revisitar algumas das questões que inquietaram este intelectual multifacetado e o seu tempo, no qual os processos de disciplinarização e a cientificização dos estudos da linguagem começaram a se configurar.

Esperamos, com este número, oferecer mais uma contribuição para o campo da reflexão sobre a linguagem e sobre a história das idéias.

Os Editores